



# Heráldica no Hospital Rainha Dona Estefânia

*Miguel Metelo de Seixas*

SEPARATA DE

**ARMAS E TROFÉUS**  
REVISTA DE HISTÓRIA, HERÁLDICA, GENEALOGIA E ARTE

IX SÉRIE  
TOMO XVII  
2015



## HERÁLDICA NO HOSPITAL RAINHA DONA ESTEFÂNIA

*Miguel Metelo de Seixas \**

*Este estudo é dedicado aos membros da Unidade de Cuidados Intensivos Neonatais e à Equipa de Cirurgia do Hospital Rainha D. Estefânia, com gratidão*

Circunstâncias pessoais levaram-me a contemplar por tempo dilatado a heráldica presente no Hospital Rainha Dona Estefânia, surgindo-me então a ideia de vir a publicar um dia o resultado das reflexões decorrentes. Uma feliz coincidência fez com que eu pudesse integrar tal estudo no volume da revista *Armas e Troféus* de homenagem à memória do Dr. Francisco de Simas Alves de Azevedo. Na sua geração, em Portugal, ninguém como ele se bateu, ao longo de uma vida inteira de erudição e de indagação, pelo alargamento das fronteiras epistemológicas da heráldica, como ficou bem patente na diversidade de temas abrangidos pela sua pena <sup>1</sup>. Para evidenciar precisamente a necessidade de subtrair os estudos heráldicos ao confinamento de uma convivência demasiado próxima, porventura abafadora, com a genealogia e a nobiliarquia, Simas Alves de Azevedo multiplicou os artigos sobre todo o género de heráldica, criando mesmo uma série intitulada “Temas de Heráldica Estatal”. Atraíam-no em parti-

---

\* Doutor em História; professor da Universidade Lusíada de Lisboa; investigador integrado do Instituto de Estudos Medievais e do Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar, ambos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; bolseiro de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia; sócio de número e presidente do Instituto Português de Heráldica.

<sup>1</sup> PINTO, Segismundo, “Bibliografia de Francisco de Simas Alves de Azevedo”, *Tabardo*, n.º 1, 2002, pp. 17-30; este levantamento bibliográfico encontra-se agora completado por João Portugal em artigo integrado no presente volume de *Armas e Troféus*.

cular os temas da heráldica régia e, dentro desta, não descurou a emblemática das rainhas de Portugal, entre as quais D. Estefânia<sup>2</sup>. Procurando outrossim combater um certo preconceito contra a heráldica oitocentista, dedicou-lhe alguns estudos notáveis<sup>3</sup>. Por fim, teve uma atenção especial pelas manifestações heráldicas existentes na cidade de Lisboa, de que era natural e onde sempre viveu. Por todos estes motivos, creio que a análise da heráldica do Hospital Rainha Dona Estefânia se situa na continuidade do caminho traçado por este precursor dos estudos heráldicos em Portugal.

Este hospital faz parte da memória cidadina lisboeta, já que é o mais antigo e único hospital pediátrico da capital. Daí a importância de lembrar a sua história num tempo em que critérios economicistas põem em risco a sua continuidade: porque as instituições, além das capacidades técnicas dos que nelas trabalham, do mérito administrativo da sua organização e dos meios colocados à sua disposição, vivem também da sua capacidade de criar uma identidade própria, que identifique e estimule os que aí trabalham tanto como os que aí são acolhidos. Essa identidade demora a construir-se e, quando devidamente cultivada, pode constituir um elemento relevante para o sucesso de uma instituição, nem que seja pela mística e pela motivação criadas. Ainda mais no caso de uma instituição que reúne características marcantes, como a antiguidade, o prestígio e a singularidade. Por isso, mesmo quando se tem em conta critérios de mera eficácia, o factor identitário deveria ser tido em conta.

O hospital insere-se no espaço urbano lisboeta, mas dentro de um perímetro gradeado que mantém os edifícios apartados das ruas limítrofes, rodeados por um jardim. Este encontra-se, é certo, bastante alterado pela invasão de construções recentes. O próprio edifício principal, tal como se apresenta hoje em dia, mal pode ser reconhecido como herdeiro da planta original<sup>4</sup>. A fundação e a história do hospital ligam-se pois à memória da rainha D. Estefânia. Dela partiu efectivamente o projecto da sua construção: a rainha pensou aplicar nesse sentido as verbas remanescentes do montante que os comerciantes de Lisboa haviam

<sup>2</sup> AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de, “Dois monumentos heráldicos de Estefânia de Hohenzollern, Rainha de Portugal”, *Hoja Informativa del Instituto Internacional de Genealogia e Heráldica*, nº 255, 1968, p. 2.

<sup>3</sup> Veja-se sobretudo AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de, “Apontamentos sobre algumas armas dinásticas portuguesas oitocentistas e sua mensagem” in *Fraternidade e Abnegação – a Joaquim Veríssimo Serrão os amigos*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1999, vol. I, pp. 453-466.

<sup>4</sup> As obras de requalificação do hospital foram objecto de publicação própria: *Hospital de D. Estefânia, em Lisboa. Inauguração das suas instalações depois de remodeladas e ampliadas*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1962.



oferecido para os festejos do seu casamento com D. Pedro V, com o fito de criar um hospital para crianças carentes, a cargo de uma congregação religiosa<sup>5</sup>.

A morte prematura da rainha impediu-a de levar por diante a sua determinação. O rei viúvo procurou dar seguimento ao projecto, no qual investiu igualmente verbas da sua dotação, procurando por essa via homenagear a memória da sua consorte. Não quis porém D. Pedro V entregar a administração do hospital a uma congregação religiosa, mas mantê-la inteiramente civil; para delinear a arquitectura do edifício, pediu conselho ao seu tio Alberto de Saxónia-Coburgo-Gotha, marido da rainha Vitória da Grã-Bretanha, que lhe enviou um projecto elaborado pelo arquitecto Albert Jenkins Humbert; e para balizar o seu funcionamento, recorreu entre outros a Florence Nightingale, fundadora da escola moderna de enfermagem. Para efectivar a criação do hospital, D. Pedro V nomeou uma comissão cuja presidência foi entregue a seu irmão D. Luís, a qual tomou posse a 30 de Janeiro de 1860. O terreno escolhido para a edificação foi destacado da Real Quinta da Bemposta, que reunia “todas as condições que se requerem para estabelecimentos de semelhante natureza, pois que, a uma exposição elevada e ao norte da cidade, reúne a abundância de água e suficiente isolamento das habitações”<sup>6</sup>. Após a morte prematura do rei, o seu irmão e sucessor D. Luís deu sequência aos trabalhos e investiu também recursos próprios na obra. Mas estes continuavam a ser insuficientes e só a intervenção directa do Estado permitiu finalmente a conclusão dos trabalhos e a inauguração em 1877, volvidos 18 anos sobre a morte da rainha. O hospital destinou-se originalmente a atender apenas mulheres, com excepção de uma enfermaria votada ao atendimento de crianças de ambos os sexos, colocada sob invocação de Santa Estefânia.

Todo este longo processo ligou-se à construção da imagem póstuma da rainha, de certo modo subsidiária da imagem do malogrado rei D. Pedro V: na imprensa da época, como na historiografia, eles formavam um casal cercado de uma aura romântica pela acumulação de expectativas deixadas incumpridas pela dupla morte, precoce e trágica, do casal régio. Acresce que D. Pedro V havia sido o primeiro soberano constitucional devidamente aclamado, sobre quem recaíram as expectativas de regeneração da monarquia e da pátria num momento que se queria de acalmia política, de endireitamento moral, de bem-estar material. O jovem monarca catalisava, amiúde a contragosto, a esperança de um modelo político: o de uma monarquia inscrita num liberalismo moderado. O seu casamento com D. Estefânia foi também o primeiro da monarquia

<sup>5</sup> Para a história do hospital, segue-se a obra de BRANCO, Nuno Miguel Jacob, *Hospital Dona Estefânia. Um sonho de rainha*, Lisboa, s.n., 1997 (texto mimeografado).

<sup>6</sup> Proposta de Lei de 20 de Julho de 1860, apud BRANCO, Nuno Miguel Jacob, *op. cit.*, p. 29.

constitucional a decorrer em circunstâncias “normais”, isto é, sem a pressão ou a ameaça da guerra civil. Também neste consórcio se depositavam esperanças infrenes: dele dependia a constituição de uma família real que servisse de modelo comportamental às demais famílias do reino, assegurando outrossim a continuidade dinástica.

Coube portanto a D. Estefânia a fixação de um novo modelo de rainha: já não inteiramente conforme ao das rainhas de Antigo Regime, tampouco similar ao da defunta rainha D. Maria II, que o era de direito próprio e exercia efectivamente a função<sup>7</sup>. Destes antecedentes, a rainha constitucional retomava apenas parcialmente o elenco de virtudes características de uma soberana dos tempos passados. Além do seu contributo essencial para o prolongamento da dinastia, esperava-se que D. Estefânia constituísse exemplo de dedicação ao cônjuge e à prole que se futurava, de modo a que o casal pudesse servir de esteio moral ao conjunto da dinastia e ao reino. Importava por isso que a rainha espelhasse as qualidades domésticas que deveriam ser reproduzidas pelas suas súbditas: pureza, fidelidade, honestidade, obediência, afecto, abnegação e, quando fosse caso disso, espírito de sacrifício. Extravasando para lá dos limites restritos da sua família, tais qualidades deveriam conduzir a rainha à assistência aos seus súbditos, sobretudo os mais desprotegidos e necessitados.

A princesa alemã recebera aliás formação cristã fervorosa, que a levava a promover naturalmente a causa da caridade, sempre em comunhão com o ideário religioso e em colaboração próxima com determinadas instituições eclesiásticas, sobretudo ordens regulares. Como a rainha veio a descobrir com surpresa e mágoa, essa sua colagem à esfera religiosa revelava-se porém desajustada com o que se aguardava dela no quadro da monarquia constitucional portuguesa. Com efeito, embora se considerasse porventura meritório o sentimento religioso, importava manter, no caso das figuras régias, bem nítidas as fronteiras entre a esfera privada e a dimensão pública. O rei ou a rainha podiam decerto nutrir devoções particulares (de preferência sem excessos), mas no desempenho das suas funções públicas havia que separar as águas: a esfera de actuação política da monarquia não devia sobrepor-se nem muito menos subordinar-se à dimensão religiosa. Nesse sentido, esperava-se que a rainha de Portugal se dedicasse à assistência aos necessitados, porém num quadro de filantropia laica, compaginável com a benemerência praticada na época pelos privilegiados, desligada da doutrinação católica; era de evitar

---

<sup>7</sup> As considerações sobre a rainha seguem a sua mais recente biografia, para a qual se remete o leitor que queira colher outras indicações bibliográficas: LOPES, Maria Antónia, *Rainhas que o povo amou. Estefânia de Hohenzollern. Maria Pia de Sabóia*, s.l., Círculo de Leitores, 2011, sobretudo pp. 77-85 para as questões relacionadas com o pensamento político da rainha e com a questão da beneficência.

a caridade ostensivamente cristã, voltada para a evangelização, exercida com a parceria activa de instituições eclesiásticas. Sobretudo quando estas eram de natureza regular, dado o passado problemático das relações entre a monarquia constitucional e as ordens religiosas.

Em pouco mais de um ano de casamento, D. Estefânia teve ensejo de compreender as limitações impostas ao seu modelo de actuação enquanto rainha; em certo sentido, passou a partilhar com o marido o desgosto face ao quadro institucional e político, para não dizer moral, no qual se via obrigada a viver. E o casal régio revia-se sem dúvida na comunhão desse desconsolo, acrescido pela infertilidade que ferira o matrimónio. Coube à sua sucessora, D. Maria Pia de Sabóia, personificar com sucesso o modelo de uma rainha dedicada à beneficência mas com plena consciência do quadro irreligioso em que se devia mover<sup>8</sup>. Para além de ter, ela sim, assegurado a tão ansiada continuidade dinástica.

Tal perpetuação não se limitava aos aspectos biológicos de reprodução da família, mas também à capacidade de construir uma série de referências que permitissem apresentar a permanência da Casa de Bragança no trono de Portugal como uma sequência necessária e lógica. Só assim se lograria erguer uma cultura dinástica capaz de conferir sentido à manutenção da Casa Real, permitindo sustentar o ideário da monarquia constitucional. Tal revelara-se difícil nos primeiros reinados: o de D. Pedro IV pouco mais fora que um repente, ainda que se procurasse cultivar a sua imagem cívica como fundador do regime e do ramo liberal da Casa de Bragança; D. Maria II fora obrigada a envolver-se directamente em conjunturas políticas instáveis e controversas, ao passo que seu marido D. Fernando, manifestamente inábil no terreno político e militar, se dedicara ao mundo das artes (sem descurar contudo a dimensão pedagógica em relação aos filhos); quanto ao reinado de D. Pedro V, revelara-se breve e inconclusivo, em consonância com a efemeridade do seu consórcio com D. Estefânia. Neste quadro, caberia portanto a D. Luís e a D. Maria Pia o resgate da memória dos seus antecessores para edificação de uma imagem conjunta da dinastia, auto-representação baseada no passado mas de claro valor prospectivo.

O casal formado por D. Pedro V e D. Estefânia inseria-se com proveito nessa construção imagética: par romântico fortemente idealizado, podia ser apresentado como modelo de virtudes cívicas e pessoais. No caso da rainha, tal herança centrou-se inevitavelmente na prossecução da sua acção caritativa, com pleno destaque para o seu projecto de construção de um hospital para acolher crianças, mas isentando tal instituição da carga religiosa que tivera nos planos originais. Em 1873, enquanto decorria a fase final das obras do hospital, foi

---

<sup>8</sup> LOPES, Maria Antónia, *op. cit.*, pp. 231-259.

publicada em Portugal uma biografia da rainha, apresentada em tom elegíaco como modelo de virtudes<sup>9</sup>. Assim, D. Estefânia servia como prova da continuidade da benemerência das rainhas de Portugal, assumindo o lugar de precursora de D. Maria Pia; o que explica naturalmente a escolha da denominação do hospital cujo projecto tinha efectivamente partido dela mas que só foi, como se viu, concluído no reinado de D. Luís.

Para que o investimento simbólico na edificação desse elemento de representação póstuma da rainha fosse eficaz, contava-se com os instrumentos de criação de opinião pública típicos do século XIX, nomeadamente a imprensa. A difusão da denominação do novo hospital trataria de aludir ao papel da rainha na sua criação. Era contudo necessário que o próprio edifício exprimissem de forma evidente a sua ligação a essa memória por via de sinais visuais, observáveis por qualquer transeunte e sobretudo pelos utentes, de forma a potenciar o estabelecimento de relações afectivas com a memória da rainha instituidora<sup>10</sup>. Para esse efeito, havia que recuperar a sua heráldica.

A princesa pertencia ao ramo católico da antiga Casa de Hohenzollern, cujo título principal era o de príncipes de Sigmaringen, na época bem menos poderoso do que o ramo protestante da mesma dinastia, que ascendera ao margraviato de Brandeburgo e ao trono régio da Prússia (e viria depois a ocupar o trono imperial da Alemanha reunificada). Conforme o hábito germânico, a heráldica da Casa de Hohenzollern-Sigmaringen compreendia os sinais dos vários territórios submetidos à sua autoridade e de um cargo palatino hereditário, sobre os quais figuravam, em escudete sobre-o-todo, as armas originais desta dinastia: esquartelado de negro e de prata<sup>11</sup>.

<sup>9</sup> *Estephania Rainha de Portugal. Vida de uma Princesa alemã dos nossos dias*, Lisboa, Lallémant Frères, 1873.

<sup>10</sup> A ligação a D. Estefânia podia ter, à data das obras finais do hospital, uma relevância acrescida, na medida em que o outro ramo da dinastia de Hohenzollern, reinante na Prússia, se mostrara capaz de reunificar a Alemanha em 1870, elevando-a novamente à condição de Império, tendo então passado a chefiar uma das mais importantes potências europeias.

<sup>11</sup> O escudo completo era partido de um traço e cortado de dois, o que perfazia seis campos: 1) de ouro, um leão de negro, bordadura componada de prata e de vermelho (armas do burgravado de Nuremberga); 2) de vermelho, dois ceptros de ouro passados em aspa (dignidade hereditária de camareiro-mor do Império); 3) cortado de prata e de vermelho (senhorio de Heigerloch e Wehrstein); 4) de vermelho, um veadado de ouro (condado de Sigmaringen); 5) de ouro, três hastes de veadado postas em faixa e dispostas em pala (condado de Veringen); 6) de prata, um leão de vermelho armado, lampassado e coroado de ouro, bordadura de negro carregada de besantes de ouro (condado de Berg). Sobre esta composição complexa assentava então o escudete sobre-o-todo esquartelado de negro e de prata, correspondente às armas medievais do condado de Hohenzollern.

Foram estas armas essenciais, na sua simplicidade medieva, as escolhidas para representar D. Estefânia em Portugal. Estiveram patentes ao público pela primeira vez logo por ocasião da cerimónia religiosa que teve lugar na capital do reino a 18 de Maio de 1858 para celebrar a chegada da rainha, que já tinha casado por procuração com D. Pedro V em Berlim no anterior dia 29 de Abril<sup>12</sup>. Lisboa engalanara-se para receber a nova soberana. Desde o desembarque no Terreiro do Paço até à igreja de São Domingos, a rainha pôde vislumbrar por diversas vezes, entre a multidão entusiástica, os escudos com as armas régias portuguesas e as de Hohenzollern, cuja justaposição assinalava heralδικamente o consórcio. Tais escudos adornavam voltas de arcos festivos, panejamentos suspensos, postes de iluminação; a fachada da igreja recebera uma galilé em que as armas de aliança Portugal-Hohenzollern eram completadas pelo monograma PE coroado, numa alusão directa aos nomes próprios dos recém-casados (fig. 1); até mesmo os altares haviam sido decorados com os escudos das duas dinastias, como assinala a condessa de Rio Maior<sup>13</sup>.

A fugacidade da permanência de D. Estefânia no seu reino não permitiu, contudo, que as suas armas se repetissem em outras manifestações de carácter mais estável. Exceptuam-se os apontamentos armoriados da decoração dos aposentos preparados por D. Pedro V para sua noiva no paço das Necessidades, em cujas sobreportas figuram os escudos de aliança

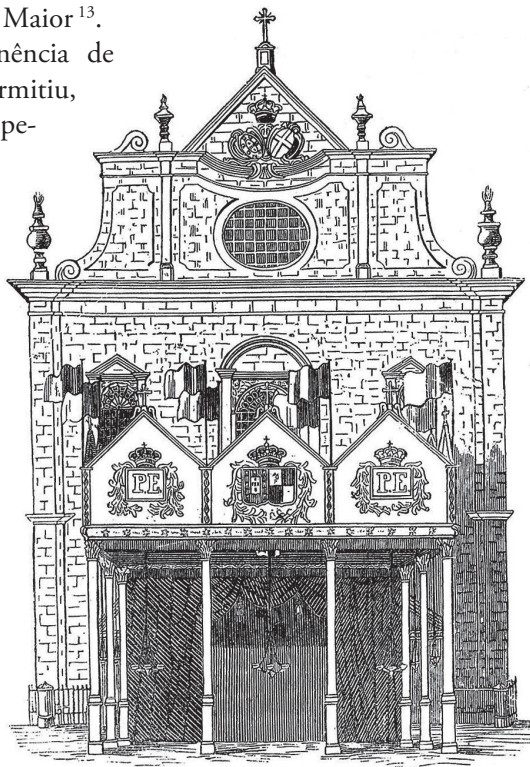


Fig. 1: “O templo de São Domingos nos festejos reaes”, *O Panorama*, n.º 55, 28/8/1858, p. 273.

<sup>12</sup> LOPES, Maria Antónia, *op. cit.*, p. 49.

<sup>13</sup> Apud LOPES, Maria Antónia, *op. cit.*, p. 50.

Portugal-Hohenzollern<sup>14</sup>. Teria sido natural que as mesmas armas ornassem, por exemplo, as fachadas de instituições fundadas ou protegidas pela rainha; e que, numa dimensão menos pública, figurassem também em objectos encomendados e usados por D. Estefânia nas diversas residências da família real<sup>15</sup>.

A heráldica de D. Estefânia, tão escassa em edifícios construídos em sua vida, estava porém prometida a uma exibição póstuma de relevo. O edifício projectado para o hospital dedicado à sua memória ostenta ainda hoje uma monumental pedra de armas na sua fachada. Trata-se de um escudo partido de Portugal e Hohenzollern, esculpido em alto-relevo e com a figuração dos esmaltes conforme o código heráldico de tracejados (fig. 2).



Fig. 2: Pormenor da pedra de armas da fachada principal do Hospital D. Estefânia.

O escudo assenta sobre uma discreta cartela de acantos, ao gosto das gravuras heráldicas da época, sendo contido num amplo manto ligado em cima pela coroa real fechada, repuxado por um cordão de cada lado. Dos lados deste conjunto irrompem duas largas volutas flanqueadas por urnas, que permitem integrar de forma harmoniosa a pedra de armas no topo da fachada, sobre a qual este conjunto forma um frontão (fig. 3). A qualidade escultórica desta peça heráldica é notável, sobretudo para as realizações costumeiras na época: basta atentar no cuidado com que é figurado o relevo das partições e figuras dos escudos, de modo a salientá-las; ou na tridimensionalidade da coroa, que se recorta contra o

<sup>14</sup> CÔRTE-REAL, Manuel H., *O Palácio das Necessidades*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1983, p. 102. Indica este Autor que nos mesmos aposentos se encontram também monogramas coroados do casal régio, que diferem dos da igreja de São Domingos por serem constituídos pelas letras S (de Stephanie) e P (de Pedro).

<sup>15</sup> Existem no paço real da Ajuda dois quadros, da autoria de Johann Adolf Lasinsky, que representam os castelos de Hohenzollern e de Sigmaringen, berços respectivos da linhagem e do seu ramo católico. As molduras exibem as armas dinásticas. A tradição quer que estes quadros tenham sido oferecidos a D. Estefânia pelos seus pais, como forma de recordação das suas origens, tendo porém chegado a Portugal após a morte da rainha. GODINHO, Isabel Silveira (coord.), *D. Luís, Duque do Porto e Rei de Portugal*, Lisboa, Palácio Nacional da Ajuda, 1990, p. 141.





Fig. 3: Frontão armoriado da fachada principal do Hospital D. Estefânia.

céu<sup>16</sup>; ou ainda na delicadeza dos laços que retêm o manto, e no tratamento gráfico dos seus bordados, dobras, franjas e forro. Hoje em dia, o efeito cenográfico da pedra de armas encontra-se obnubilado pelas reformas que o edifício sofreu, desastrosas do ponto de vista estético (fig. 4). Mas a sua aparência original é



Fig. 4: Fachada principal do Hospital D. Estefânia na actualidade.

<sup>16</sup> A coroa encontra-se hoje desprovida da sua cruz cimeira, ainda bem visível nas fotografias da fachada original.

conhecida por fotografias, que mostram como o conjunto heráldico encimava um pórtico avançado, flanqueado por colunas e encimado por uma janela com varandim (fig. 5).



Fig. 5: Fachada principal do Hospital D. Estefânia na sua versão primitiva (Arquivo Municipal de Lisboa, cota PT/AMLSB/BOB/000058, fotografia de Beatriz Chaves Bobone).

Dentro do edifício, as armas de D. Estefânia voltam a estar presentes na capela, onde figuram no fecho do arco triunfal (fig. 6). A composição é semelhante à da pedra de armas da fachada, mas mais simples: o mesmo escudo partido de Portugal e Hohenzollern com manto e coroa real fechada, porém sem volutas nem urnas laterais (fig. 7). Também neste espaço sagrado sobressai a qualidade técnica e estética da manifestação heráldica, aliás em consonância com o inquestionável valor arquitectónico da capela, infelizmente tolhido pelas reformas utilitárias que lhe cortaram o primeiro tramo da nave (hoje transformado em corredor de circulação). A memória da rainha encontra-se igualmente presente na pintura que ornamenta a capela-mor, em que ela é figurada rodeada de crianças em adoração à imagem de Nossa Senhora da Conceição, devoção tradicional da Casa de Bragança, na companhia do Anjo



Protector da Infância<sup>17</sup> (fig. 8). A escolha desta última localização heráldica coadunar-se-ia decerto com o espírito devoto de D. Estefânia.

Fig. 6: Arco triunfal  
armoriado da ca-  
pela do Hospital  
D. Estefânia.

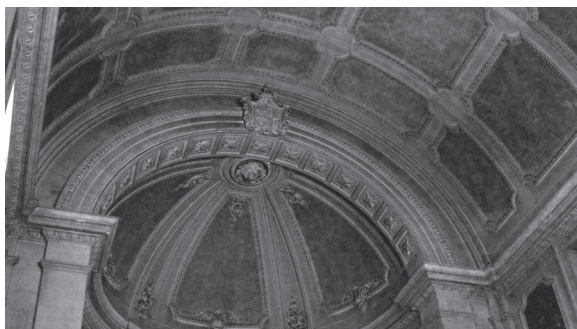


Fig. 7: Pedra de armas da capela  
do Hospital D. Estefânia.



Fig. 8: Altar da capela do Hospital  
D. Estefânia.

---

<sup>17</sup> BRANCO, Nuno Miguel Jacob, *op. cit.*, p. 33. Assinala este Autor que a pintura foi encomendada à Escola de Artes Plásticas de Düsseldorf, cidade onde a rainha passara a maior parte da sua infância e onde continuavam a residir os seus pais.

Além dessas duas pedras de armas, não se conhecem outras manifestações da heráldica da rainha no hospital que lhe foi dedicado. Na verdade, a heráldica parece ter sido reservada para as identificações visuais mais ostentativas, ao passo que escolha de um sinal para usos mais quotidianos recaiu sobre o monograma “HRE” (Hospital Rainha Estefânia)



Fig. 9: Marco do Hospital D. Estefânia, hoje num canteiro do jardim.

coroadado, como é visível por exemplo nos antigos marcos de delimitação da propriedade (fig. 9). Este sinal acabou por funcionar como marca visual do hospital até aos nossos dias, estando presente numa grande quantidade de objectos, quer fixos, quer móveis (fig. 10). Mais recentemente, o emblema do hospital tendeu a ser substituído (nas peças de vestuário, por exemplo) pela designação da entidade agregadora “Centro Hospitalar de Lisboa”, cujo logótipo é constituído pelo monograma “OS”, designativo de “Omni Sancti” em referência ao Hospital de Todos os Santos, fundado nesta cidade pelo rei D. João II.

Existe, por fim, outro apontamento heráldico insuspeito no hospital Rainha D. Estefânia. Não se trata, neste caso, de uma forma de homenagear esta figura régia, mas sim de uma alusão algo críptica ao papel que dois reis sucessivos da Casa de Bragança tiveram na fundação do hospital. No seu plano original, este

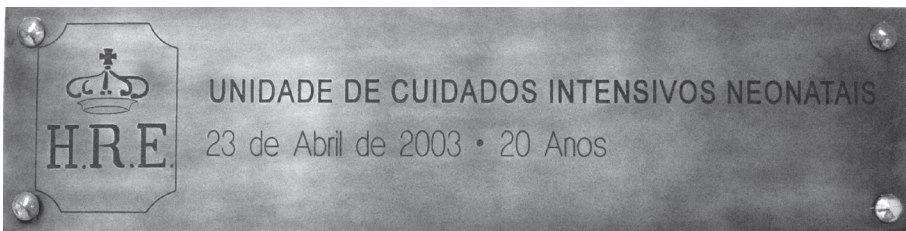


Fig. 10: Logótipo actual do Hospital D. Estefânia, numa placa comemorativa da fundação da Unidade de Cuidados Intensivos Neonatais.

possuía um amplo pátio interno, rodeado de arcadas (fig. 11). No extremo oposto ao da entrada principal do edifício (sobre a qual, como vimos, se erguia a pedra de armas), a fachada da capela deitava para esse mesmo pátio, ao centro do qual se erguia uma bela fonte, hoje transposta para o meio de um espaço ajardinado à direita da fachada (fig. 12). Esta fonte é enquadrada por duas esculturas assentes sobre plintos, representando dragões (fig. 13), que se encontram ambos mutilados (um com muito maior gravidade que o outro, figs. 14 e 15). Naturalmente, eles poderiam ter um sentido apotropaico comum à sua figuração; mas há indícios que permitem vislumbrar-lhes outra interpretação.

O dragão (ou, mais correctamente, a serpe alada) fora adoptado em finais do século XIV como timbre ou cimeira das armas reais, isto é, como figura que encimava o elmo do rei<sup>18</sup>. O sucesso deste timbre das armas reais portuguesas



Fig. 11: Pátio e fonte dos dragões na sua localização original (Arquivo Municipal de Lisboa, cota PT/AMLSB/TAV/000010. fotografia de Manuel Tavares).

<sup>18</sup> AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de, "A cimeira do Rei de Portugal", in *Estudios Genealógicos, Heráldicos y Nobiliarios en Honor de Vicente de Cadenas y Vicent*, Madrid, Hidalguía, 1978, tomo I, pp. 315-328; veja-se também IDEM, "Ainda o dragão do rei de Portugal", *Tabardo*, n.º 3, 2006, pp. 55-56; LIMA, João Paulo de Abreu e, *Armas de Portugal. Origem. Evolução. Significado*, Lisboa, Inapa, 1998, pp. 102-106.





Fig. 12: Fonte dos dragões na sua localização actual.



Fig. 13: Dragão e tanque da fonte.

Fig. 14: Um  
dos dragões,  
em relativo  
bom estado.



Fig. 15:  
Outro dos  
dragões,  
mutilado.



levou à sua ampla divulgação, não só como cimeira mas também, a partir da época moderna, como suporte (ou seja, o escudo era por vezes representado com um dragão de cada lado, na posição de o suster) em substituição dos tradicionais anjos. Mas mais curioso ainda foi o uso do dragão como «fera emblemática»: este animal fabuloso passou a funcionar como emblema livre da Casa Real, sendo amiúde figurado de forma isolada, desligado dos demais componentes da emblemática régia<sup>19</sup>. E acabou mesmo por ser incorporado nas insígnias do poder real, como se pode ver no ceptro hoje conservado no Palácio da Ajuda, em que aparece carregado com um escudete de Portugal-Antigo (as quinas), a suster a Carta Constitucional sobre a qual repousa a coroa real fechada<sup>20</sup>.

O tema do dragão de tal forma foi divulgado que em 1833 D. Pedro IV, querendo premiar a cidade do Porto pela fidelidade ao longo da guerra civil, concedeu às armas deste município diversos acrescentamentos honrosos, entre os quais o uso do dragão que era timbre da própria Casa Real<sup>21</sup>. Para compreender como o tema do dragão se havia tornado num emblema consagrado da Casa Real, basta percorrermos o interior do paço da Ajuda para verificar a abundância deste animal como elemento decorativo nos mais variados materiais. De resto, o navio a vapor em que D. Luís costumava atravessar o Tejo para ir até ao Alfeite fora crismado... *Dragão*.

A presença dos dragões a ladear a fonte do hospital, neste contexto, dificilmente seria desprovida de significado. Tanto mais que, do ponto de vista simbólico e estético, as três manifestações heráldicas monumentais ficavam assim literalmente alinhadas umas com as outras: o visitante que chegasse ao edifício veria primeiro a pedra de armas solene da fachada, alusiva a D. Estefânia; depois de entrar, deparar-se-ia no pátio com os dragões brigantinos da fonte; penetrando por fim na capela, voltaria a encontrar uma referência heráldica àquela rainha. Percurso simbólico, portanto, inserível no uso da heráldica como instrumento de auto-representação e de comunicação política da Casa Real portuguesa nesta componente essencial de dedicação à causa do bem-estar dos seus súbditos, que fora tão cara a D. Estefânia.

<sup>19</sup> AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de, “Fizeram os Reis de Portugal e os Imperadores do Brasil uso de «King’s Beast?»”, in *Genealogica & Heraldica*, Lisboa 1986. *Actas do 17.º Congresso Internacional das Ciências Genealógica e Heráldica*, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 1989, vol. Heráldica, pp. 21-38.

<sup>20</sup> GODINHO, Isabel Silveira (Coord.), *Tesouros Reais*, Lisboa, Palácio Nacional da Ajuda / Instituto Português do Património Cultural, 1992, pp. 134.

<sup>21</sup> Cfr. SEIXAS, Miguel Metelo de, “A heráldica municipal portuguesa na transição do Antigo Regime para a monarquia constitucional: reflexos revolucionários”, in RODRIGUES, José Damião (Coord.), *O Atlântico Revolucionário: circulação de ideias e de elites no final do Antigo Regime*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores / Centro de História de Além-Mar, 2012, pp. 59-88.